

15/11/93

Voto dos emigrantes moçambicanos só depois da democracia consolidada

— posição da Renamo sobre a Lei Eleitoral

O líder da Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) reiterou a recusa do voto aos moçambicanos no estrangeiro nas primeiras eleições pluralistas previstas para Outubro de 1994

Um «comunicado do presidente da Renamo», Afonso Dhlakama, do passado dia 5, diz que não há «condições mínimas» para a participação dos moçambicanos expatriados nas primeiras eleições gerais no País.

«As embaixadas e campos de refugiados onde os

emigrantes exerceriam o seu direito de voto não oferecem garantias mínimas de isenção e independência», diz.

Contudo, acrescenta, «esta é uma posição aplicável apenas a estas primeiras eleições» e os expatriados poderão votar «quando a democracia estiver consolidada em Moçambique e for possível garantir a isenção das nossas representações diplomáticas».

Dhlakama, no mesmo comunicado, contesta a constituição prevista para o Secretariado Técnico da Administração Eleitoral e

para as comissões provinciais e distritais de eleições, no âmbito das conversações para organização do processo.

A Renamo reconhece «a responsabilidade do Governo na organização e direcção das eleições», mas contesta a sua composição por funcionários nomeados pelo presidente Joaquim Chissano, diz.

Por um lado, exige que «o Secretariado reflecta o equilíbrio partidário» da Comissão Nacional de Eleições.

Nas comissões eleitorais do âmbito regional, a Renamo exige que metade dos técnicos que as constituirão sejam escolhidos pelos partidos concorrentes às eleições. Insurge-se assim contra o projecto governamental de as constituir por um presidente, representante do Governo, e dois técnicos por cada província.

Isso prende-se, diz o comunicado, com o facto de poder ser a nível provincial, distrital ou local que «se pode exercer mais impunemente todo o tipo de irregularidades e manipulação» eleitoral

O líder da Renamo acusa o partido governamental Frelimo de «mã fé», por manter-se o Governo intransigente quanto aos dois pontos, que declara «cruciais»

Dhlakama diz que estas questões sugerem «no mínimo uma tentativa grosseira de organização de uma fraude eleitoral, que teria

como trágica consequência o regresso à guerra civil».

«Apelamos ao presidente Joaquim Chissano para que deixe de ouvir os conselhos dos radicais saudosistas do seu partido, interessados em preparar uma farsa eleitoral que poria termo a paz que desejamos implantada para sempre no nosso país», diz Dhlakama.

Sob risco de rejeição pela Renamo de eleições que não sejam «justas e democráticas», Dhlakama afirma que a futura lei eleitoral deve «garantir à partida inequivocamente» a distribuição por todos os partidos concorrentes das funções de fiscalização, julgamento e decisão «sobre a transparência do acto eleitoral a todos os níveis».